



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS
SETOR DE CONCURSOS**

**23º CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA
DE PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO DO MPDFT**

PROVA DISCURSIVA - 2ª ETAPA

GRUPO III - DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1.ª PARTE (40 pontos)

Analise a seguinte situação hipotética.

A Câmara Distrital aprovou, no mês de abril de 1999, lei complementar instituidora de contribuição social, incidente sobre os vencimentos dos servidores públicos do Distrito Federal, para custeio de programa de assistência social denominado **bolsa-ensino**, destinado ao custeio de material escolar - nos termos de lei do Distrito Federal da década de 70 - para todas as famílias de renda até quatro salários mínimos cujos filhos menores estejam matriculados e freqüentando o ensino fundamental público.

A lei foi vetada pelo governador, mas promulgada pela mesa da Câmara Distrital, onde o veto foi derrubado pelo voto de 13 deputados.

O governador baixou, então, decreto regulamentador, no qual restringiu o programa apenas aos servidores do Distrito Federal cuja renda familiar fosse inferior a quatro salários mínimos e cujos filhos menores estivessem matriculados e freqüentando o ensino fundamental público.

A Câmara Distrital aprovou, em seqüência, decreto do governador por excesso no exercício do poder regulamentar.

Passados seis meses da publicação da lei complementar e como o governador persistisse não cumprindo a lei - não cobrando a contribuição e não pagando o benefício a todas as famílias de baixa renda no Distrito Federal -, o deputado autor do projeto de lei complementar apresentou à Câmara Distrital acusação contra o governador, por crime de responsabilidade.

Instaurado o processo de *impeachment* do governador, o procurador-geral do Distrito Federal impetrou *habeas corpus* com pedido de trancamento do processo conduzido pela Câmara Distrital. Para tanto, produziu as seguintes alegações:

- a) Ilegitimidade ativa do autor da ação de crime de responsabilidade, vez que, em razão do monopólio Constitucional da ação penal pelo Ministério Público, a denúncia por crime de responsabilidade do governador seria privativa do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios;
- b) Incidência do princípio da anualidade, impodo que a lei

complementar somente entrasse em vigor no ano seguinte, e que se incluísse na lei orçamentária do Distrito Federal a destinação dos recursos oriundos da contribuição;

c) Impossibilidade de instituição de contribuição social por ente federal que não a União;

d) Inadequação da via legislativa, vez que não seria cabível a utilização de lei complementar, e, por conseguinte, seria inválida a disciplina nela veiculada;

e) Derrubada irregular do veto, já que, em se tratando de lei complementar, necessitaria do voto de 16 deputados distritais;

f) Defeito na iniciativa legislativa da lei complementar, que seria privativa do Poder Executivo;

g) Excesso de poder da Câmara Distrital, que não poderia ter cassado o decreto regulamentador, baixado no exercício regular de direito, com a técnica da interpretação conforme a Constituição;

h) Direito de resistência do governador; e

i) Impossibilidade de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade contra decreto e contra lei remissiva a diploma legislativo anterior à Constituição de 1988.

A autoridade impetrada prestou informações asseverando:

- a) Inépcia da petição inicial face à contradição entre as teses apresentadas;
- b) Falta de procuração do paciente ao impetrante;
- c) A questão tratada no *habeas corpus* seria matéria *interna corporis*, insuscetível de controle jurisdicional;
- d) O caso trataria de questão política, sobre a qual não caberia controle jurisdicional;
- e) O *habeas corpus* não se prestaria como veículo de controle de constitucionalidade de lei do Distrito Federal, a qual deveria ter sido objeto de ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei Orgânica do Distrito Federal, perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Na condição de órgão natural do Ministério Público, produza, da forma mais completa possível, a peça processual adequada, enfrentando todas as teses versada no caso.

2.^a PARTE (60 pontos)

1.^a Questão (10 pontos)

É possível haver decisão do Senado Federal revogando resolução daquela mesma Casa que tenha suspenso a execução de lei municipal julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal? Justifique.

GRUPO III - DIREITO ADMINISTRATIVO

2.^a Questão (20 pontos)

Explicite os poderes e limites das Comissões Parlamentares de Inquérito no exercício da fiscalização da Administração Pública

3.^a Questão (10 pontos)

Enumere as penalidades da lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92).

4.^a Questão (10 pontos)

Situe os limites do exame de punição disciplinar no âmbito do mandado de segurança, abordando precedentes judiciais.

5.^a Questão (10 pontos)

Defina a responsabilidade civil da administração, tendo em conta a posição doutrinária atual

[voltar]